

COOPERAÇÃO
PORTUGUESA

IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
DO IPAD
2007**



Ficha Técnica:

- *Título:* Relatório de Actividades de 2007.
- *Edição:* MNE / IPAD / Direcção de Serviços de Planeamento
- *Páginas:* 72
- *Data:* Abril 2008
- *Website:* <http://www.ipad.mne.gov.pt>
- *Contacto:* Av. da Liberdade, 192, 1º, 1250-147 Lisboa
Tel: (351) 21 317 67 00

Índice

| | |
|--|----|
| Índice | 3 |
| I. Introdução..... | 4 |
| II. Missão, Competências e Atribuições..... | 4 |
| III. Estrutura Orgânica..... | 6 |
| IV. Recursos Humanos e Financeiros..... | 7 |
| V. A Actividade do IPAD - Análise Global..... | 10 |
| FICHAS DE OBJECTIVOS – Actividades Realizadas e Resultados dos Indicadores | 19 |
| AVALIAÇÃO FINAL..... | 61 |
| Anexo – Resultados da Presidência Portuguesa da UE em matéria de cooperação para o desenvolvimento..... | 64 |

I. Introdução

O presente documento visa expor as actividades do Instituto da Cooperação Portuguesa (IPAD) executadas em 2007, dando seguimento à operacionalização das orientações estratégicas aprovadas pelo Governo¹. No início de 2007, a Direcção do IPAD definiu onze objectivos específicos² que se conjugam com aquelas orientações e que delinearão a intervenção do Instituto no decorrer do ano. Assim, a actuação do IPAD em 2007 teve como objectivo central “a melhoria da eficácia da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) portuguesa, com vista à redução da pobreza e promoção de um desenvolvimento sustentado a nível mundial”³.

II. Missão, Competências e Atribuições

O IPAD é um instituto público dotado de personalidade jurídica, de autonomia administrativa e de património próprio. Exerce a sua função sob a superintendência e tutela do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que emite directivas sobre os seus objectivos a atingir na gestão e sobre as prioridades a adoptar na prossecução das suas atribuições.

A política de Cooperação Portuguesa (CP) e de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) é coordenada, supervisionada e dirigida, desde Janeiro de 2003, pelo IPAD.

No seu diploma constitutivo⁴, o IPAD é o instrumento central da política oficial de Cooperação para o Desenvolvimento. A alteração da Lei Orgânica do IPAD, na sequência do processo de reestruturação da Administração Pública (PRACE), deu continuidade a estas competências. Em 27 de Abril foi publicado o DL nº120/2007, que define a missão e as atribuições do IPAD (Artigo 3º), conferindo-lhe a missão de propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as actividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política.

Em resumo, são atribuições do IPAD sobretudo:

¹ Documento *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005 de 22 de Dezembro.

² Deliberação da Direcção do IPAD de 20 de Fevereiro de 2007. Os Objectivos serão detalhados em Fichas por Objectivo.

³ Idem.

⁴ Decreto-Lei nº 5/2003, de 13 de Janeiro de 2003. O IPAD resulta da fusão entre o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) e a Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD).

- Propor à tutela a definição da política de cooperação;
- Preparar os instrumentos programáticos da cooperação (PIC⁵);
- Coordenar o Programa Orçamental da Cooperação para o Desenvolvimento (PO05);
- Coordenar as acções de cooperação de outros organismos públicos e emitir parecer prévio vinculativo sobre os projectos de cooperação financiados ou realizados pelo Estado;
- Assegurar o financiamento dos projectos de sua iniciativa;
- Promover a identificação, análise, acompanhamento, avaliação e execução dos projectos;
- Assegurar a articulação com as instituições da sociedade civil e coordenar as intervenções de ajuda humanitária e de emergência;
- Centralizar a informação sobre o esforço financeiro global da cooperação portuguesa;
- Prestar apoio técnico à Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC) e ao Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento;
- Assegurar a representação de Portugal nas organizações internacionais relacionadas com cooperação e APD, nomeadamente no âmbito da CPLP.

Estas atribuições enquadram-se no relançamento da política de cooperação que vem assumido como uma prioridade do Governo nas Grandes Opções do Plano para 2005-2009, visando valorizar o posicionamento externo de Portugal, assim como no documento de orientação estratégica da cooperação denominado “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”⁶, que visa clarificar os objectivos da CP, definir áreas prioritárias de intervenção, indicar mecanismos de actuação e estabelecer o quadro de relacionamento entre os vários agentes da cooperação.

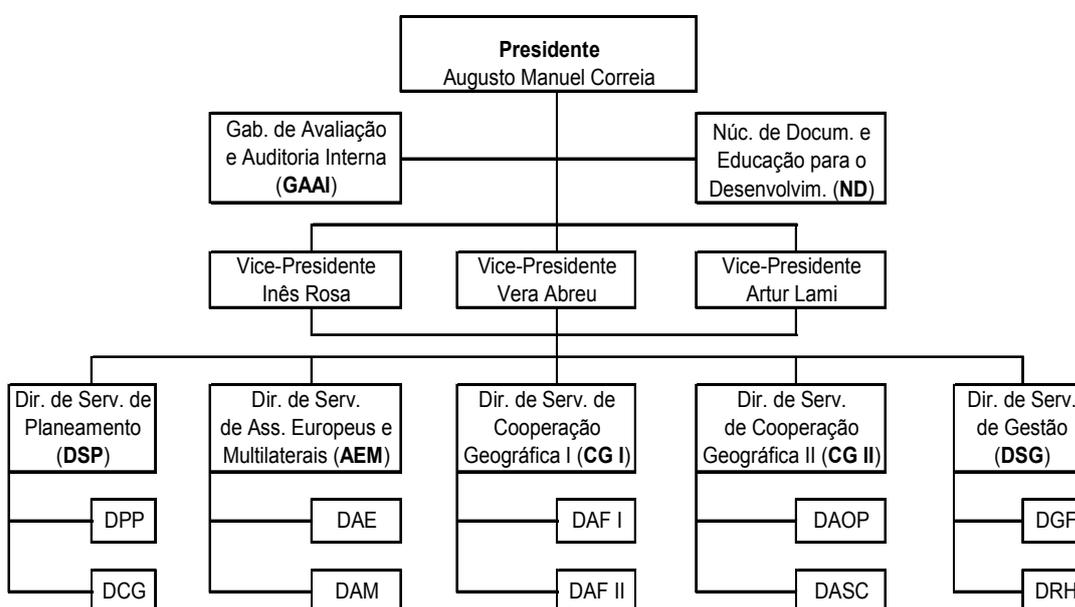
⁵ PIC – Programa Indicativo de Cooperação (plurianual).

⁶ Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005, de 22 de Dezembro.

III. Estrutura Orgânica

O DL nº120/2007 foi seguido da publicação dos Estatutos do IPAD, através da Portaria 510/2007 de 30 de Abril, a qual determina a organização interna do Instituto. Por último, em 6 de Setembro foi publicado o Despacho nº 20328/2007, que determinou a organização e funcionamento da estrutura orgânica flexível do IPAD (Figura 1).

Figura 1. Estrutura Orgânica do IPAD posterior à Portaria 510/2007 e ao Despacho 20328/2007



Devido a esta situação, as várias Direcções de Serviço do IPAD viram-se na necessidade de planear o ano de 2007 assegurando continuidade na transição da estrutura e competências existentes para a nova orgânica.

IV. Recursos Humanos e Financeiros

Para o desempenho das suas funções o IPAD contou com 156 efectivos – a 1 de Dezembro de 2007 – sendo 111 oriundos do quadro do ex-Instituto da Cooperação Portuguesa (organismo predecessor do IPAD) e os 45 restantes correspondentes a outro pessoal requisitado ou contratado, distribuído pelos vários serviços conforme o quadro seguinte:

Quadro 1 - Recursos Humanos

| Unidades Orgânicas | Direcção | | GAI | | ND | | DSP | | AEM | | CGI | | CGII | | DSG | | TOTAL | |
|-----------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|
| | Q | O | Q | O | Q | O | Q | O | Q | O | Q | O | Q | O | Q | O | Q | O |
| Dirigente | | 4 | 1 | | 1 | | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 1 | 2 | | 3 | 9 | 12 |
| Técnico superior | | | 4 | 1 | 1 | 1 | 8 | 5 | 8 | 2 | 13 | 5 | 12 | 5 | 9 | 2 | 55 | 21 |
| Informática | | | | | | | | | | | | | | | 2 | 1 | 2 | 1 |
| Técnico | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | 1 | 0 |
| Técnico Profissional | | | | | 1 | | | | 1 | | 1 | | | | 1 | | 4 | 0 |
| Chefia Administrativa | | | | | | | | | | | | | | | 4 | | 4 | 0 |
| Administrativo | 4 | 1 | | | | 1 | 2 | | 1 | | 4 | | 3 | | 11 | 3 | 25 | 5 |
| Auxiliar | | | | | | | | | | | | | | | 11 | 6 | 11 | 6 |
| Pessoal Quadro | 4 | | 5 | | 3 | | 12 | | 13 | | 20 | | 16 | | 38 | | 111 | |
| Outro Pessoal | | 5 | | 1 | | 2 | | 6 | | 3 | | 6 | | 7 | | 15 | | 45 |
| Total | | 9 | | 6 | | 5 | | 18 | | 16 | | 26 | | 23 | | 53 | | 156 |

Em 2007, o IPAD contou com um orçamento corrigido de 49,38M€, repartido em Orçamento de Funcionamento, no valor de 48,08M€, e PIDDAC no montante de 1,31M€ (Quadro 2).

O orçamento corrigido de 2007 representou um decréscimo de 3,54 M€ (-9%) relativamente ao ano anterior.

**Quadro 2 – Orçamento corrigido do IPAD 2007
(todas as FF e PIDDAC)**

Moeda: Euro

| País/orçamento | FF 111+123+260 Act.178 - Coop. Internacional | PIDDAC (PO05 e PO06) | FF 111 Act. 258 Gestão Administrativa | Total |
|-----------------------|---|---------------------------------|--|----------------------|
| ANG | 5.055.500,31 | 802.200,00 | - | 5.857.700,31 |
| CV | 4.359.780,71 | 0,00 | - | 4.359.780,71 |
| RGB | 3.364.420,95 | - | - | 3.364.420,95 |
| MOZ | 6.055.767,50 | - | - | 6.055.767,50 |
| STP | 2.927.028,40 | - | - | 2.927.028,40 |
| TL * | 10.253.173,76 | - | - | 10.253.173,76 |
| Outros Países | 209.846,01 | - | - | 209.846,01 |
| Ass. Transv. | 927.400,55 | - | - | 927.400,55 |
| AEM | 5.556.535,63 | - | - | 5.556.535,63 |
| DASC | 3.021.138,36 | - | - | 3.021.138,36 |
| ND | 518.700,00 | - | - | 518.700,00 |
| Outros Custos | 619.100,29 | - | - | 619.100,29 |
| DSG | - | 505.263,00 | 5.208.167,00 | 5.713.430,00 |
| Total | 42.868.392,47 | 1.307.463,00 | 5.208.167,00 | 49.384.022,47 |

* A transferência para o GEPE/MEDU, no valor de 2.301.515,62€, é considerada no orçamento e execução de Timor-Leste.

O Orçamento de Funcionamento foi repartido pela Actividade 178, no montante de 42,87M€, e pela Actividade 258, no montante de 5,21M€.

Em 2007 o IPAD efectuou pagamentos no valor de 47,54M€, o que equivale a uma taxa de execução global de 96,3%, verificando-se, igualmente, taxas de execução elevadas das componentes do orçamento – graus de execução de 96,9%, 95,1% e 91,7%, respectivamente, da Actividade 178 do Orçamento de Funcionamento, do PIDDAC e da Actividade 258 do Orçamento de Funcionamento (Quadro 3).

Em 2006, a execução orçamental do IPAD situou-se nos 51,50M€, correspondendo a 97% de execução.

Quadro 3 – Execução orçamental do IPAD 2007 (todas as FF e PIDDAC)

Moeda: Euro

| País/orçamento | | | | | TAXA DE EXECUÇÃO | | | |
|----------------|--|-------------------------|---|----------------------|----------------------------------|-------------------------|-----------------------------------|--------------|
| | FF 111+123+260 Act.178 - Coop. Internacional | PIDDAC (PO05 e PO06) | FF 111 Act. 258 Gestão Administrativa | Total | Act.178 - Coop. Internacional | PIDDAC (PO05 e PO06) | Act. 258 Gestão Administrativa | Total |
| ANG | 4.809.685,00 | 802.199,72 | - | 5.611.884,72 | 95,1% | 100,0% | - | 95,8% |
| CV | 4.260.701,64 | 0,00 | - | 4.260.701,64 | 97,7% | - | - | 97,7% |
| RGB | 3.196.744,69 | - | - | 3.196.744,69 | 95,0% | - | - | 95,0% |
| MOZ | 5.779.422,26 | - | - | 5.779.422,26 | 95,4% | - | - | 95,4% |
| STP | 2.890.911,21 | - | - | 2.890.911,21 | 98,8% | - | - | 98,8% |
| TL * | 10.253.173,76 | - | - | 10.253.173,76 | 100,0% | - | - | 100,0% |
| Outros Países | 210.075,48 | - | - | 210.075,48 | 100,1% | - | - | 100,1% |
| Ass. Transv. | 927.400,55 | - | - | 927.400,55 | 100,0% | - | - | 100,0% |
| AEM | 5.556.535,63 | - | - | 5.556.535,63 | 100,0% | - | - | 100,0% |
| DASC | 3.021.138,36 | - | - | 3.021.138,36 | 100,0% | - | - | 100,0% |
| ND | 467.184,62 | - | - | 467.184,62 | 90,1% | - | - | 90,1% |
| Outros Custos | 150.000,00 | - | - | 150.000,00 | 24,2% | - | - | 24,2% |
| DSG | - | 440.578,47 | 4.773.835,94 | 5.214.414,41 | - | - | 91,7% | 91,3% |
| Total | 41.522.973,20 | 1.242.778,19 | 4.773.835,94 | 47.539.587,33 | 96,9% | 95,1% | 91,7% | 96,3% |

* A transferência para o GEPE/MEDU, no valor de 2.301.515,62€, é considerada no orçamento e execução de Timor-Leste.

O Relatório de Actividades de 2007 cumpre os requisitos exigidos no Decreto-Lei nº 183/96 de 27 de Setembro, obedecendo a uma lógica de avaliação das actividades desenvolvidas e de execução global do Plano.

V. A actividade do IPAD – Análise global

1. A actividade do IPAD assentou, em 2007, no reforço dos mecanismos de cooperação privilegiada com o espaço Lusófono e concentrada em sectores específicos de intervenção, potenciando, igualmente, a participação da sociedade civil num esforço conjunto de acção, no quadro das prioridades definidas pelos países parceiros. Destaque ainda para o reforço dos mecanismos de gestão da ajuda, a coerência e a coordenação, o reforço do acompanhamento e da avaliação, e a primordial orientação para uma abordagem centrada nos resultados.
2. Em 2007 assumiu particular importância a **Presidência Portuguesa da União Europeia** no segundo semestre do ano, na qual o IPAD participou activamente nas questões relacionadas com a ajuda ao desenvolvimento. No final de Dezembro de 2006 as três presidências (Portugal, Alemanha e Eslovénia) aprovaram e apresentaram um Programa Conjunto na área da Cooperação para o Desenvolvimento, para o período de 18 meses (Janeiro de 2007 a Junho de 2008). Este procedimento foi uma inovação que permitiu juntar esforços para atingir os mesmos objectivos – lutar contra a pobreza e atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, em todo o mundo, e especialmente em África. Os resultados da presidência portuguesa da UE em matéria de cooperação para o desenvolvimento são apresentados em anexo a este Relatório.
3. Em 2007, foi ainda relevante a **alteração da Lei Orgânica do IPAD**, na sequência do processo de reestruturação da Administração Pública (PRACE)⁷, que deu continuidade e tornou mais precisas as competências definidas no seu diploma constitutivo. Seguiu-se a publicação dos novos estatutos do Instituto, que determinaram uma renovada estrutura orgânica, à qual foram suprimidas uma Direcção de Serviços, seis Divisões e um membro da Direcção. O IPAD dispôs ainda de menos 13 funcionários que em 2006.
4. Em termos financeiros, de salientar o **decréscimo de 9% no orçamento corrigido do IPAD face ao ano anterior**,⁸ o mais baixo desde a sua constituição, em 2003, o que não se coaduna com as necessidades de aumento substancial dos

⁷ Para maior detalhe *vide* pontos II e III.

⁸ Para maior detalhe *vide* pontos IV.

montantes destinados à APD por forma a cumprir os compromissos assumidos internacionalmente pelo Estado Português⁹. A taxa de execução global do orçamento do IPAD atingiu os 96%. De salientar que a tendência de crescimento da dotação inicial do **Programa Orçamental da Cooperação (PO05)**¹⁰ **reverteu e conheceu um decréscimo acentuado**, na ordem dos 19% de 2006 (271M€) para 2007 (218M€). Este decréscimo justifica-se não apenas pela inscrição de verbas destinadas à cooperação técnico-científica noutro programa, mas também pela contenção orçamental geral.

Quadro 1 - Programa Orçamental da Cooperação (PO05) 2007 (€)

| Dotação Inicial | Cativações | Alterações Orçamentais | Dotação Ajustada | Dotação Corrigida | Pagamentos | Tx Exec. Acum. |
|-----------------|------------|------------------------|-------------------|-------------------|-------------|----------------|
| (1) | (2) | (3) | (4) = (1)-(2)+(3) | (5) | (5) | (6)=(5)/(4) |
| 218.144.575 | 1.370.792 | 20.206.668 | 236.980.451 | 230.777.333 | 191.300.312 | 80,72% |

5. Na sequência da revisão do **Quadro Comum da União Europeia (UE) para os Programas de Estratégia por País**¹¹, que consiste na identificação de linhas comuns à UE para a programação por país desenvolvida por cada Estado Membro, o IPAD adoptou na prática o documento elaborado em 2006 e que constitui uma adaptação do modelo como enquadramento para os Programas Indicativos de Cooperação para 2007-2009/10. Denominado *Linhas de Orientação para os PIC*, este documento serviu de estrutura base para a programação estratégica dos novos PIC de Angola, Moçambique e Timor-Leste, assinados em 2007. A negociação dos PIC 2008-2011 de Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, iniciadas também em 2007, tiveram por base os mesmos pressupostos. O Quadro Comum e a Programação Plurianual Comum são o resultado de um compromisso assumido pela UE de aplicação dos princípios da *Declaração de Paris*, de instituir progressivamente uma programação plurianual comum. Esta programação constitui uma das componentes do *Plano de Acção da UE para a Eficácia da Ajuda*. Em todo o processo de programação da ajuda estiveram implícitos os **princípios de concentração geográfica e sectorial**. A identificação das áreas prioritárias de intervenção derivou ainda de um processo de consulta e negociação com as autoridades dos países parceiros, por um lado, e com os ministérios sectoriais, por outro.

⁹ Portugal comprometeu-se a atingir as metas: 0,33% do rácio APD/RNB até 2006; 0,51% até 2010 e 0,7% até 2015. Em 2006, a APD portuguesa situou-se no 0,21%, em 2007 estima-se que atinja os 0,20%.

¹⁰ Criado em 2004, o PO05 é um instrumento orçamental de programação e de afectação de verbas aos compromissos assumidos por Portugal em matéria de Cooperação, coordenado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) através do IPAD.

¹¹ *EU Common Framework for Country Strategy Papers*.

6. Em 2007, a política de cooperação e de APD, na sua vertente bilateral, foi implementada através dos PIC em vigor, com um horizonte temporal de três ou quatro anos, assinados entre Portugal e os cinco PALOP e Timor-Leste, e que se materializam através de PAC¹², o que obriga à realização dos correspondentes exercícios anuais de negociação. Durante o ano de 2007 há a assinalar a **assinatura dos PIC de Angola 2007-2010 (Julho), Moçambique 2007-2009 (Fevereiro) e Timor Leste 2007-2010 (Agosto)**, assim como a **assinatura dos PAC de 2007 de Cabo Verde (Abril), da Guiné Bissau (Agosto) e de S. Tomé e Príncipe (Março)**. Foram ainda iniciadas as **negociações dos PIC 2008-2011 de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe**.

Quadro 2 - Execução dos PAC/PIC 2007 (€)

| País | Montante Previsto | | | Montante Executado | | | Taxa Execução |
|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|---------------|
| | IPAD | Outras Entidades | Total Global | IPAD | Outras Entidades | Total Global | |
| Angola * | 5.732.670 | 6.110.399 | 11.843.069 | 5.611.885 | 4.143.585 | 9.755.470 | 82% |
| Cabo-Verde | 5.914.256 | 7.861.971 | 13.776.227 | 4.603.178 | 7.180.052 | 11.783.230 | 86% |
| Guiné-Bissau | 3.083.429 | 6.720.047 | 9.803.476 | 2.457.399 | 7.385.827 | 9.843.226 | 100% |
| Moçambique * | 5.416.564 | 10.539.488 | 15.956.052 | 5.306.684 | 8.727.194 | 14.033.878 | 88% |
| S. Tomé e Príncipe | 4.047.303 | 5.834.444 | 9.881.747 | 2.322.699 | 5.596.167 | 7.918.866 | 80% |
| Timor-Leste * | 8.864.003 | 9.932.689 | 18.796.692 | 9.732.130 | 7.969.447 | 17.701.577 | 94% |
| Total | 33.058.225 | 46.999.038 | 80.057.263 | 30.033.975 | 41.002.272 | 71.036.247 | 89% |

Fonte: Mapas partilhados CGI e CGII.

*Angola, Moçambique e Timor-Leste - PIC.

7. As orientações internacionais em termos de harmonização, alinhamento e apropriação dos países beneficiários do seu próprio desenvolvimento, dedicam especial atenção aos Estados Frágeis. Alguns dos principais países de concentração da ajuda portuguesa são considerados Estados Frágeis, como é o caso da Guiné-Bissau. Portugal está especialmente atento a este país, às suas especificidades e ao seu contexto. Com esse objectivo, **Portugal participa desde 2005 num exercício de harmonização e alinhamento no âmbito do CAD que visa especialmente os Estados Frágeis**, através da identificação de princípios e meios para o estabelecimento de uma ajuda adaptada a contextos de fraca capacidade de governação. No âmbito deste exercício, Portugal ofereceu-se como facilitador para a Guiné-Bissau.

Integrada nesta filosofia, realizou-se em Lisboa, em 19 de Dezembro de 2007, a **Conferência Internacional sobre Narcotráfico na Guiné-Bissau**, numa iniciativa

¹² O novo ciclo de programação iniciado em 2007 prevê o fim dos PAC, mantendo-se apenas os PIC. Assim, os PIC assinados em 2007 com Angola, Moçambique e Timor-Leste já não contemplam a reprogramação anual exigida pelos PAC. Os PAC em vigor em 2007 correspondem aos países que ainda não assinaram novos PIC: Cabo Verde, Guiné Bissau e S. Tomé e Príncipe.

conjunta dos Governos português e guineense. Este encontro contou com a presença do Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, da Ministra da Justiça e do Ministro da Administração Interna, bem como de representantes de organizações internacionais e de representantes de países africanos e europeus. Foi apresentado um plano para prevenção e combate ao tráfico de droga na Guiné-Bissau elaborado pelo Gabinete das Nações Unidas para o Combate à Droga e ao Crime (UNODC) em colaboração com as autoridades guineenses, que terá início em 2008 e se prolongará até 2010. O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação anunciou o apoio de Portugal a este Plano no valor de 3 MUSD, montante que se aproxima de cerca de um sexto do seu custo total. Durante esta Conferência reuniram-se contributos no valor de 6,7 MUSD para 2008, o que permitiu iniciar a execução do Plano da UNODC.

8. O ano de 2007 pautou-se por novidades no domínio do **fortalecimento de uma cultura de avaliação**. Após o ano intenso de 2006, com a realização do Exame do CAD a Portugal, em 2007, a reestruturação orgânica do IPAD passou também pela criação do Gabinete de Avaliação e Auditoria Interna (GAAI), ao qual compete assegurar a avaliação, a divulgação e a apresentação de medidas de aperfeiçoamento técnico e metodológico.
9. Ao nível do **reforço do acompanhamento dos projectos de cooperação**, denota-se em 2007 um esforço no sentido de aumentar a capacidade de resposta face às dificuldades de implementação, corrigindo atempadamente os desvios detectados, permitindo uma melhor eficácia e eficiência na implementação dos projectos. Tal verificou-se, particularmente, no incremento de relação de proximidade e articulação com os diversos promotores e/ou executores dos projectos através da identificação de um chefe de projecto, que funcione como ponto focal do IPAD. Adicionalmente, o IPAD procurou assegurar o acompanhamento global dos programas bilaterais através de reuniões de coordenação com as estruturas coordenadoras dos países parceiros, com o objectivo de analisar o respectivo grau de execução e acordar eventuais ajustamentos necessários, assim como, fortalecer a relação com os núcleos de cooperação das Embaixadas dos PALOP e Timor Leste.
10. O IPAD continua a atribuir crescente importância na **abordagem orientada para os resultados**, permitindo direccionar a actividade do Instituto para os fins específicos previamente definidos pela tutela e pela Direcção. Associado este

processo está a necessidade de melhorar a definição dos objectivos, metas e actividades do IPAD.

Foi adoptada uma abordagem sistemática do ciclo do projecto, que implicou a integração da relação objectivo/actividades/meios/resultados nos documentos de apresentação de projectos e na Ficha de Acompanhamento, bem como, indicadores de verificação de acompanhamento.

11. No início de 2007 foi implementado um novo **Sistema de Gestão Orçamental no IPAD**, com vista ao estabelecimento de um efectivo controlo de afectação e execução do orçamento do Instituto, dividido em várias parcelas e gerido pelos diferentes directores de serviço do IPAD. Cada director de serviço passou a ser responsável pela gestão da parte do orçamento que lhe foi atribuída, assim como do planeamento dos respectivos pagamentos no ano económico. A actualização da informação é feita mensalmente e elaborado um relatório de execução.
Outra aposta em 2007 foi **melhorar a execução orçamental do IPAD**, garantindo taxas de execução elevadas e disponibilizando informação analítica adequada a uma gestão descentralizada. Tal contribuiu para taxas de execução próximas dos 100%.
12. A **coerência da APD** através do reforço dos mecanismos de coordenação e concertação entre os vários executores, outro dos objectivos eleitos pelo IPAD para 2007, implicou um empenho multifacetado por parte do IPAD. Tal empenho passou, por um lado, pela melhoria da qualidade informativa produzida pelo Instituto. A **actualização permanente da Base de Dados da Cooperação Portuguesa** permite traçar o panorama do global da CP em termos de montantes envolvidos, projectos executados, países beneficiários e sectores de actuação. Em 2007, foram simultaneamente tratados os dados finais da APD 2006 e preliminares de 2007 e remetida a informação ao CAD/OCDE. De acordo com os dados disponíveis até final de Março a APD de 2007 atinge um montante global de 308M€, com um ratio APD/RNB de 0,20%.

Quadro 3 – Ajuda Pública ao Desenvolvimento 2006-2007 (Milhares €)

| | 2006 | % | 2007 * | % |
|--|----------------|-------------|----------------|-------------|
| APD BILATERAL, TOTAL | 168.333 | 100 | 162.669 | 100 |
| ANGOLA | 15.996 | 9,5 | 14.066 | 8,6 |
| CABO VERDE | 37.688 | 22,4 | 31.461 | 19,3 |
| GUINÉ-BISSAU | 11.761 | 7,0 | 11.425 | 7,0 |
| MOÇAMBIQUE | 17.268 | 10,3 | 15.770 | 9,7 |
| SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE | 8.952 | 5,3 | 9.143 | 5,6 |
| PALOP ** | 2.891 | 1,7 | 4.115 | 2,5 |
| TIMOR LESTE | 30.674 | 18,2 | 33.801 | 20,8 |
| OUTROS PAÍSES | 43.103 | 25,6 | 42.888 | 26,4 |
| APD MULTILATERAL, TOTAL | 147.441 | 100 | 145.821 | 91 |
| NAÇÕES UNIDAS | 8.134 | 5,5 | 9.070 | 5,6 |
| 1.1. Nações Unidas - Agências, Fundos e Comissões | 8.134 | 5,5 | 9.070 | 5,6 |
| COMISSÃO EUROPEIA | 99.139 | 67,2 | 103.271 | 63,5 |
| 2.1. Orçamento CE p/ Países em Desenvolvimento | 72.740 | 49,3 | 75.480 | 46,4 |
| 2.2. FED - Fundo Europeu para o Desenvolvimento | 24.347 | 16,5 | 25.608 | 15,7 |
| 2.3. BEI - Banco Europeu de Investimento | 2.052 | 1,4 | 2.183 | 1,3 |
| FMI, BANCO MUNDIAL E OMC | 12.403 | 8,4 | 13.129 | 8,1 |
| 3.1. Grupo Banco Mundial | 11.800 | 8,0 | 12.544 | 7,7 |
| 3.2. Organização Mundial do Comércio | 603 | 0,4 | 585 | 0,4 |
| BANCOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO | 24.201 | 16,4 | 12.700 | 8,7 |
| OUTRAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS | 3.564 | 2,4 | 7.651 | 5,2 |
| <i>das quais:</i> | | | | |
| GEF - Global Environment Facility | 1.558 | 0,9 | 2.206 | 1,4 |
| Protocolo de Montreal | 473 | 0,3 | 1.996 | 1,2 |
| CPLP - Community of Portuguese Speaking Countries **** | 984 | 0,6 | 881 | 0,5 |
| APD TOTAL | 315.774 | | 308.490 | |
| <i>Para referência:</i> | | | | |
| % APD/PNB | | | | |
| % APD/RNB*** | 0,21 | | 0,20 | |

Fonte: IPAD/DPP

* 2007 - Dados preliminares apurados até Março 2008.

** PALOP: Projectos conjuntos ou não discriminados por país.

Por outro lado, a informação reunida e tratada no IPAD sobre fluxos de ajuda externa permite a Portugal responder a um vasto conjunto de solicitações de dados estatísticos e questionários, sobretudo, ao nível da APD. Em 2007 a DPP deu a resposta a cerca de 40 questionários formais mais dezenas de solicitações de dados APD de vários departamentos do IPAD e entidades externas. Estima-se um total de 100 a 120 respostas.

Em 2007, no sentido de facilitar o trabalho das Embaixadas dos principais países parceiros foi disponibilizada a consulta à Base de Dados da APD, através da *internet*, às Embaixadas dos PALOP e de Timor-Leste.

- No âmbito da promoção da **coerência e coordenação internas** ao nível da Administração Central, destaque para a realização de duas Comissões Interministeriais para a Cooperação (CIC) dedicadas a temas pertinentes para o reforço da coordenação e eficácia da ajuda: na CIC de 20 de Julho foi abordada a “coerência das políticas de desenvolvimento”; a “avaliação” e o “novo ciclo de

programação”; e, na CIC de 26 de Outubro o “Programa Orçamental da Cooperação para o Desenvolvimento (PO05)”.

14. Ao nível da promoção da **coordenação internacional** e de forma a assegurar a coerência dos compromissos e o alinhamento com as prioridades dos países parceiros, o IPAD empenhou-se no cumprimento das medidas e metas previstas no **Plano de Acção de Portugal para a Eficácia da Ajuda**. Este Plano visa responder ao compromisso de Portugal no sentido de uma transformação das práticas e procedimentos da ajuda externa, para que possa ser alcançada uma melhoria do impacto das suas actividades nos países parceiros.

O documento incorpora as medidas apresentadas no *Plano de Acção de Portugal para a Harmonização e o Alinhamento* e recorre ao novo documento de orientação estratégica da Cooperação Portuguesa: *Uma Visão Estratégica para Cooperação Portuguesa*. Das 33 medidas previstas, 25 foram realizadas, o que corresponde a 76% de execução. Grande parte das medidas previstas traduz tentativas contínuas de adaptação e melhoria dos mecanismos da cooperação. Destacam-se as seguintes:

- A adopção do novo ciclo de programação que dispensa a existência de PAC (os novos PIC estão de acordo com as "Linhas de Orientação para os PIC", um documento elaborado pelo IPAD com vista a por em prática o *EU Common Framework for Country Strategy Papers*¹³);
- Uma programação alinhada com as Estratégias de Redução de Pobreza (ERP) dos parceiros e plurianual (maior previsibilidade);
- Novas modalidades de ajuda: para além do apoio ao orçamento geral, foi adoptada uma nova modalidade - o apoio orçamental sectorial por adesão de Portugal ao FASE – Fundo de Apoio ao Sector da Educação.
- Algumas iniciativas de coordenação e complementaridade: a parceria PT/EUA/ANG no domínio da modernização dos Tribunais; a proposta de cooperação (ainda em estudo) de Espanha com PT em TL; a parceria com a cooperação alemã no âmbito do "Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural em TL"; a criação do Grupo de Parceiros na RGB, sendo PT coordenador do sub-grupo "desenvolvimento humano"; ou a realização em Lisboa da Conferência Internacional sobre o Narcotráfico na RGB.
- Os Clusters: MOZ - O Cluster está identificado (Ilha de MOZ) e encontra-se em elaboração pelo BAD de um Plano Director para a Ilha de MOZ; ANG - foi adjudicado um estudo comparativo entre diferentes regiões que aguarda aprovação do IPAD; CV - está em curso um estudo prévio para identificação do

¹³ Vide ponto 5. deste capítulo.



Cluster; TL - O Cluster está identificado (Ermera-Liquiçá) e encontra-se em estudo um Plano para a região.

- A concentração sectorial dos PIC 2007 actuando em 2/3 áreas prioritárias: ANG - Capacitação da Administração Pública e Educação; MOZ - apoio à Administração do Estado, Apoio ao Orçamento de Estado, Desenvolvimento Socio-comunitário e Cluster; Timor-Leste - Educação, Justiça e Desenvolvimento Rural.

15. De facto, a promoção da coordenação internacional assumiu um lugar de grande relevância na actuação do IPAD em 2007, dado o papel fulcral do Instituto na Presidência Portuguesa da UE ao nível das questões da cooperação para o desenvolvimento. Destaque para a preparação e acompanhamento de iniciativas internacionais de harmonização, coordenação e complementaridade entre doadores; participação em reuniões dos Grupos do Conselho da UE (ALIM, CODEV, ACP, COAFR, AD-HOC UE-ÁFRICA); em reuniões dos Comitês de Financiamento e das reuniões de peritos promovidas pela Comissão Europeia (DCI, FED e Direitos Humanos); em reuniões do CAD/OCDE, NU, CPLP, Iberoamericana e Fundo Global; e em reuniões em matéria de Educação para o Desenvolvimento no domínio das Organizações da Sociedade Civil e de Observação Eleitoral.
16. O **incremento da política de informação e comunicação do IPAD** teve o seu ponto alto em 2007 com a organização, em conjunto com a Comissão Europeia, da segunda edição dos **European Development Days (EDD)**¹⁴, que tiveram lugar em Lisboa em Novembro, durante a Presidência Portuguesa da UE. O IPAD colaborou activamente nesta iniciativa internacional tendo tido a seu cargo toda a logística do evento.
17. Sensibilizar e educar a opinião pública, em geral e determinados públicos-alvo, em particular, para as questões do desenvolvimento é um elemento chave na política de comunicação e informação do IPAD. Neste contexto, destaca-se ainda o papel do IPAD ao nível da **Educação para o Desenvolvimento (ED)**, sobretudo, no que toca à dinamização da ED, no apoio a projectos de ED de Organizações não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), e a nível internacional, a participação em iniciativas como os encontros do grupo GENE – *Global Education Network Europe*, e a reunião Anual do CAD/HOI, da qual resultou uma estratégia de informação/comunicação para o desenvolvimento a ser apresentada em 2008

¹⁴ www.eudevdays.eu; dev-days@ec.europa.eu

no *III Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda*¹⁵. De destacar ainda o intercâmbio de experiências em matéria de ED e de **Educação Global (EG)**, patente no *II Encontro do Intercâmbio Portugal-Áustria*, realizado em Viena, com o objectivo de identificar boas práticas no sector da ED e de identificar e mobilizar os actores-chave nacionais.

18. O IPAD em 2007 continuou a trabalhar no sentido de definir clara e eficazmente a sua estratégia de informação, tendo melhorado a **divulgação sistemática das suas actividades, nomeadamente através do seu website**¹⁶ e da resposta atempada às questões colocadas no correio electrónico da Cooperação Portuguesa. Adicionalmente, o *website* tem vindo a tornar-se um espaço privilegiado de divulgação da informação sobre as actividades do IPAD em geral, sobre os países parceiros, sobre APD, ODM e Harmonização e Alinhamento, Bolsas e Agentes da Cooperação, ONGD, entre outros. A filosofia de base é manter a informação actualizada e tratá-la de forma perceptível, visualmente apelativa e acessível ao grande público.

¹⁵ O III Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda (Third **High Level Forum** on Aid Effectiveness - HLF3), terá lugar em Accra, no Gana, de 2 a 4 de Setembro 2008.

¹⁶ www.ipad.mne.gov.pt

FICHAS DE OBJECTIVOS